

# **Energética Serra da Prata S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Energética Serra da Prata S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

*Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente*

Conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2017

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F"-BA

*José Luiz Santos Vaz Sampaio*  
José Luiz Santos Vaz Sampaio  
Contador  
CRC – BA 015.640/O-3

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.050	677	Fornecedores	8	2.835	2.248
Aplicações financeiras	3	-	6.672	Financiamentos	9	6.470	6.103
Contas a receber de clientes	4	4.161	2.814	Impostos a recolher		420	1.066
Impostos a recuperar		57	345	Dividendos a pagar	13.2	5.868	6.053
Despesas antecipadas		243	44	Contas a pagar Eletrobras	10	25.293	20.668
Adiantamentos a fornecedores		143	149	Provisão para custos socioambientais	12	1.014	-
Total do ativo circulante		<u>11.654</u>	<u>10.701</u>	Outras contas a pagar		193	-
				Total do passivo circulante		<u>42.093</u>	<u>36.138</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Cauções e depósitos vinculados	5	16.608	14.614	Financiamentos	9	77.994	84.659
Partes relacionadas	11	34.827	32.833	Total do passivo não circulante		<u>77.994</u>	<u>84.659</u>
Impostos diferidos	6	1.753	1.673	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Outros créditos		25	25	Capital social	13	87.720	87.720
Imobilizado	7	161.106	166.637	Reservas de lucros		18.166	17.966
Total do ativo não circulante		<u>214.319</u>	<u>215.782</u>	Total do patrimônio líquido		<u>105.886</u>	<u>105.686</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>225.973</u></u>	<u><u>226.483</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>225.973</u></u>	<u><u>226.483</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	14	35.318	25.508
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações	7, 15	(5.528)	(5.584)
Custo de operação		(16.692)	(8.798)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(694)	(457)
Total	15	(22.914)	(14.839)
LUCRO BRUTO		12.404	10.669
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(1.548)	(2.132)
Depreciações e amortizações	7, 15	-	(3)
Total	15	(1.548)	(2.135)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		10.856	8.534
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		5.207	5.172
Despesas financeiras		(9.210)	(8.360)
Total	16	(4.003)	(3.188)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		6.853	5.346
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.875)	(2.528)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.1	37	66
Total	17	(2.838)	(2.462)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.015	2.884
Lucro por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)		0,05	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	4.015	2.884
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>4.015</u>	<u>2.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros retidos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Lucros			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>							
Lucro líquido do exercício		87.720	4.310	13.512	-	-	105.542
Constituição de reserva legal		-	-	-	2.884	2.884	2.884
Dividendos propostos	13.2	-	144	-	(144)	-	-
		-	-	-	(2.740)	(2.740)	(2.740)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>							
		87.720	4.454	13.512	-	-	105.686
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.015	4.015	4.015
Constituição de reserva legal		-	200	-	(200)	-	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(3.815)	(3.815)	(3.815)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>							
		87.720	4.654	13.512	-	-	105.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		4.015	2.884
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7, 15	5.528	5.587
Encargos sobre mútuo (líquido)	11, 16	(2.385)	(402)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	3	12
Juros sobre financiamentos	9.1, 16	6.898	7.401
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	16	(2.822)	(4.770)
Atualização e provisão líquida Eletrobras	10.1	7.439	10.724
Impostos diferidos	6.1	(80)	(145)
Provisão para custos socioambientais	12	1.014	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(1.347)	1.930
Impostos a recuperar		288	(228)
Despesas antecipadas		(199)	212
Adiantamentos a fornecedores		6	56
Outros créditos		-	10
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		587	1.570
Impostos a recolher		733	1.871
Contas a pagar Eletrobras	10.1	(2.814)	(11.230)
Outras contas a pagar		193	(35)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.379)	(1.170)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	9.1	(6.898)	(7.401)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>8.780</u>	<u>6.876</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		7.500	18.688
Aquisição de imobilizado em serviço		-	(84)
Partes relacionadas - concedidos		391	(32.431)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>7.891</u>	<u>(13.827)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	13.2	(4.000)	(1.000)
Pagamentos de financiamentos	9.1	(6.298)	(5.873)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(10.298)</u>	<u>(6.873)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>6.373</u>	<u>(13.824)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	677	14.501
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	7.050	677
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>6.373</u>	<u>(13.824)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidroelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW\*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW\*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW\*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual R\$	Atualizado R\$	Inicial	Final		
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	251,44	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	251,44	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	251,44	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$30.439 (2015, R\$25.437). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações decorrentes de sua operação como também às provisões pela geração abaixo da energia contratada, enquanto os ativos circulantes demonstram basicamente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo contrato de compra e venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

### 1.1. Repactuação do risco hidrológico

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, o governo sancionou a Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico, em 15 de janeiro de 2016, referente às PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 10,51 R\$/MWh (data-base de janeiro de 2016 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O registro de tais efeitos está demonstrado na nota explicativa 10).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Espira. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

#### a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem análise das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota explicativa 18.

#### b) Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 12.

### 2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### 2.5.1. Instrumentos financeiros (nota explicativa 18)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 3).

#### b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 as Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 5).

#### c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 contas a receber de clientes (nota explicativa 3).

#### d) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 8);
- Financiamentos (nota explicativa 9);
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 10);

#### e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

#### 2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

#### Depreciação

Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada sobre o saldo de imobilizações em serviço mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil do bem.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 7.

#### 2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

#### 2.5.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### 2.5.5. Resultados e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

## 2.5.6. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

## 2.5.7. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2016, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2017 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bancos conta movimento	1.004	677
Aplicações financeiras	<u>6.046</u>	<u>6.672</u>
Total	7.050	7.349
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.050	677
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>6.672</u>
Total	<u>7.050</u>	<u>7.349</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados à taxa de 98% do CDI – Certificado de depósito interbancário.

## 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A	<u>4.161</u>	<u>2.814</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Não circulante	<u>16.608</u>	<u>14.614</u>

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de "fundo de liquidez em conta reserva" no Banco do Nordeste S.A., cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCHs. Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento que ocorrerá em 2026. Esta aplicação é remunerada por 97% da variação do CDI.

6. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS diferido	169	162
COFINS diferida	781	745
IRPJ diferido	621	572
CSLL diferida	<u>182</u>	<u>194</u>
Total	<u>1.753</u>	<u>1.673</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função da diferença na receita entre a energia gerada e a efetivamente faturada.

6.1 Movimentação dos impostos diferidos

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	700	828	1.528
Movimentação líquida	<u>66</u>	<u>79</u>	<u>145</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	766	907	1.673
Movimentação líquida	<u>37</u>	<u>43</u>	<u>80</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>803</u>	<u>950</u>	<u>1.753</u>

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado em serviço								
Custo								
Geração								
Terrenos		595	-	-	595	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	-	95.797	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	-	46.336	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	3%	65.005	32	-	65.037	-	-	65.037
Móveis e utensílios	10%	119	26	-	145	-	(3)	142
Equipamentos de informática	16%	247	-	-	247	-	-	247
Outros	14%	10	5	-	15	-	-	15
Administração								
Móveis e utensílios	10%	40	-	(40)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	16%	18	-	-	18	-	-	18
		<u>208.167</u>	<u>63</u>	<u>(40)</u>	<u>208.190</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>208.187</u>
Estoques								
Almoarifado geral		-	21	-	21	-	-	21
Total		<u>208.167</u>	<u>84</u>	<u>(40)</u>	<u>208.211</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>208.208</u>
(-) Depreciação								
Geração								
Reservatórios, barragens e adutoras		(14.474)	(2.200)	-	(16.674)	(2.206)	-	(18.880)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(8.101)	(1.289)	-	(9.390)	(1.263)	-	(10.653)
Máquinas e equipamentos		(13.104)	(2.045)	-	(15.149)	(2.044)	-	(17.193)
Móveis e utensílios		(74)	(20)	-	(94)	(12)	-	(106)
Equipamentos de informática		(212)	(27)	-	(239)	(2)	-	(241)
Outros		(7)	(3)	-	(10)	(1)	-	(11)
Administração								
Móveis e utensílios		(25)	(3)	28	-	-	-	-
Equipamentos de informática		(18)	-	-	(18)	-	-	(18)
Total		<u>(36.015)</u>	<u>(5.587)</u>	<u>28</u>	<u>(41.574)</u>	<u>(5.528)</u>	<u>-</u>	<u>(47.102)</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>172.152</u>	<u>(5.503)</u>	<u>(12)</u>	<u>166.637</u>	<u>(5.528)</u>	<u>(3)</u>	<u>161.106</u>

As imobilizações em serviço estão divididas em dois grupos:

a) Geração - Composto basicamente de ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2;

b) Administração - Composto pelos ativos utilizados no escritório da administração da Espra. A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Espra no âmbito do financiamento.

A depreciação dos ativos do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata foi calculada de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

## 8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores	<u>2.835</u>	<u>2.248</u>

Os fornecedores são formados principalmente por valores gastos com manutenção e custos de operação.



## 9. FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	6.470	6.103
Não-Circulante	77.994	84.659
Total	<u>84.464</u>	<u>90.762</u>

A Companhia, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota explicativa 5).

9.1 Movimentação:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo Inicial	90.762	96.635
Encargos financeiros provisionados	6.898	7.401
Encargos financeiros pagos	(6.898)	(7.401)
Amortização de financiamento	(6.298)	(5.873)
Saldo final	<u>84.464</u>	<u>90.762</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2018	7.305
2019	7.548
2020	8.022
2021	8.523
2022	9.054
2023 a 2026	<u>37.542</u>
Total	<u>77.994</u>

## 10. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Eletrobras	<u>25.293</u>	<u>20.668</u>

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme nota explicativa 1.1, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, com o efeito iniciando em 1º de janeiro de 2015 conforme previsto na referida lei. Os efeitos da repactuação no resultado do exercício estão demonstrados a seguir, os quais tiveram como contrapartida o Contas a Pagar Eletrobras.

Aumento da receita líquida	R\$7.003
Aumento do custo (nota explicativa 15)	(R\$2.484)
Efeito líquido	R\$4.519

### 10.1 Movimentação

	31/12/2014	Provisão	Amortização	31/12/2015	Provisão	Atualização monetária	Amortização	31/12/2016
ELETROBRAS	<u>21.174</u>	<u>10.724</u>	<u>(11.230)</u>	<u>20.668</u>	<u>5.301</u>	<u>2.138</u>	<u>(2.814)</u>	<u>25.293</u>

## 11. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Resultado financeiro	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mútuo				
Renova Energia S.A.	<u>34.827</u>	<u>32.833</u>	<u>2.385</u>	<u>402</u>

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2016 assim como as transações que afetaram o resultado do exercício de 2016 e 2015 são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes de transações da Espra com sua controladora indireta Renova Energia S.A. ("Renova"), sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a.

## 12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	31/12/2016
Provisão para custos socioambientais	<u>1.014</u>

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas provisão para compensação ambiental baseado em norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante aos órgãos reguladores.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 13.1 Capital social

A Enerbras S.A. é o acionista controlador da Espra para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$87.720 e está representado por 87.810.191, sendo 85.171.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.638.380 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

## 13.2 Apropriação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os valores apropriados para as reservas de lucros são determinados da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e

b) O restante será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

Conforme estatuto social da Companhia os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram propostos dividendos no valor de R\$3.815 (2015, R\$ 2.740):

	31/12/2014	Dividendos		31/12/2015	Dividendos		31/12/2016
		Propostos	Pagos		Propostos	Pagos	
Dividendos a pagar	4.313	2.740	(1.000)	6.053	3.815	(4.000)	5.868

## 14. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2016		31/12/2015	
	MWh*	Valor	MWh*	Valor
Geração/disponibilização energia				
Suprimento de energia elétrica	107.544	36.612	64.478	26.372
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.294)		(864)
Total		35.318		25.508

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

## 15. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(648)	-	(648)	(407)	-	(407)
Taxa de fiscalização	(46)	-	(46)	(50)	-	(50)
	(694)	-	(694)	(457)	-	(457)
Serviços de terceiros	(13.121)	(402)	(13.523)	(8.752)	(404)	(9.156)
Depreciação	(5.528)	-	(5.528)	(5.584)	(3)	(5.587)
Repactuação do risco hidrológico	(2.484)	-	(2.484)	-	-	-
Material de uso e consumo	(542)	(24)	(566)	(31)	(17)	(48)
Seguros	(534)	-	(534)	-	(277)	(277)
Aluguéis e arrendamentos	(11)	(20)	(31)	(15)	(2)	(17)
Pessoal e administradores	-	(455)	(455)	-	-	-
Impostos e taxas	-	(292)	(292)	-	(1.195)	(1.195)
Outras	-	(355)	(355)	-	(237)	(237)
	(22.220)	(1.548)	(23.768)	(14.382)	(2.135)	(16.517)
Total	(22.914)	(1.548)	(24.462)	(14.839)	(2.135)	(16.974)

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.822	4.770
Juros - mútuo	2.385	402
Total das receitas financeiras	<u>5.207</u>	<u>5.172</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(6.898)	(7.401)
IOF	(2.130)	(63)
Juros	(153)	-
Outras	(29)	(896)
Total das despesas financeiras	<u>(9.210)</u>	<u>(8.360)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(4.003)</u>	<u>(3.188)</u>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Base de cálculo presumido	36.612	26.372	36.612	26.372
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	<u>2.929</u>	<u>2.110</u>	<u>4.393</u>	<u>3.165</u>
Outras receitas	<u>5.101</u>	<u>4.921</u>	<u>5.101</u>	<u>4.921</u>
Base de cálculo	8.030	7.031	9.494	8.086
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
Total	<u>(2.008)</u>	<u>(1.758)</u>	<u>(854)</u>	<u>(728)</u>
Desconto excedente a R\$ 240 ano	<u>24</u>	<u>24</u>	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(1.984)</u>	<u>(1.734)</u>	<u>(854)</u>	<u>(728)</u>

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

## a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	-	6.672	-	6.672
Contas a receber de clientes	4.161	2.814	4.161	2.814
Não circulante				
Partes relacionadas	34.827	32.833	34.827	32.833
Cauções e depósitos vinculados	16.608	14.614	16.608	14.614
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.835	2.248	2.835	2.248
Financiamentos	6.470	6.103	6.470	6.103
Não circulante				
Financiamentos	77.994	84.659	77.994	84.659

## b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2016			31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Aplicações financeiras	-	-	-	-	6.672	-	6.672
Contas a receber de clientes	4.161	-	4.161	2.814	-	-	2.814
Não circulante							
Partes relacionadas	34.827	-	34.827	32.833	-	-	32.833
Cauções e depósitos vinculados	16.608	-	16.608	14.614	-	-	14.614
Passivos Financeiros							
Circulante							
Fornecedores	-	2.835	2.835	-	-	2.248	2.248
Financiamentos	-	6.470	6.470	-	-	6.103	6.103
Não circulante							
Financiamentos	-	77.994	77.994	-	-	84.659	84.659

## c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições.

As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um risco de mercado associado a Taxa pré-fixada.

## d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$30.439 (2015, R\$25.437). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações decorrentes de sua operação como também às provisões pela geração abaixo da

energia contratada, enquanto os ativos circulantes demonstram basicamente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo contrato de compra e venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

O fluxo de realização das obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 1 mês a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos	<u>3.313</u>	<u>9.945</u>	<u>51.608</u>	<u>55.771</u>	<u>120.637</u>

e) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Espra não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de clientes.

Ativos financeiros Circulante	Nota	Valor contábil	
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber de clientes	4	4.161	2.814

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida de financiamentos	84.464	90.762
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(7.050)	(7.349)
Dívida líquida	77.414	83.413
Patrimônio líquido	105.886	105.686
Índice de alavancagem financeira - %	73%	79%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

A Espira gera energia por meio de usinas hidrelétricas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de longo prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros.

19. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia.

<u>Objeto de garantia</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vigência</u>		<u>Segurado</u>
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>	
Riscos operacionais	R\$ 209.569	25/10/2016	25/10/2017	ESPRA
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2017	ESPRA

---